

STJ00114301

Daniel Castro Gomes da Costa

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

António Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

2ª edição ampliada e atualizada

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO • JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C837p	Costa, Daniel Castro Gomes da Partidos políticos e compliance / Daniel Castro Gomes da Costa. 2ª edição. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
	354p.: 14,5x21,5cm
	ISBN: 978-65-5518-361-0
	1. Direito Eleitoral. 2. Direito Internacional Público. 3. Direito Administrativo. I. Título.
	CDD 324.63 CDU 342.8

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da. *Partidos políticos e compliance*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 354p. ISBN 978-65-5518-361-0.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO
 EM BUSCA DE INTEGRIDADE

Luís Roberto Barroso	15
1 O autor e a sua trajetória	15
2 Breve reflexão sobre os temas desta obra	16
3 O livro e a sua relevância	17
4 Conclusão	19

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Antônio Eduardo Baltar Malheiro de Magalhães	21
---	----

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

CAPÍTULO 1

PARTIDOS POLÍTICOS	29
1.1 Conceito	29
1.1.1 Natureza jurídica.....	32
1.1.2 Função e importância dos partidos políticos	34
1.2 Sistema constitucional brasileiro – Pluripartidarismo	36
1.3 Histórico dos partidos políticos no Brasil.....	37
1.4 Princípios e postulados que conduzem a atuação dos partidos políticos.....	41
1.5 Autonomia dos partidos políticos.....	51
1.6 Criação e registro dos partidos políticos.....	55
1.6.1 Extinção, incorporação e fusão de partidos políticos.....	60
1.6.2 Renomeação dos partidos políticos	63
1.6.3 Atuais partidos políticos brasileiros	66
1.7 Cláusula de barreira.....	68
1.8 Órgãos partidários.....	71
1.8.1 Diretórios nacional, estadual e municipal	75
1.8.2 Intervenções e comissões provisórias nos partidos políticos.....	76
1.8.3 Responsabilidade dos órgãos partidários.....	79
1.9 Privilégios e vedações aos partidos políticos	81
1.10 Filiação partidária.....	83
1.11 Espécies de desfiliação partidária	85

1.12	Fidelidade partidária	85
1.12.1	Diferenças entre os sistemas majoritário e proporcional.....	86
1.12.2	Possibilidade de migração de legendas e janela partidária	88
1.12.3	Infidelidade partidária.....	91
1.13	Competência e procedimento.....	96
1.14	Convenções partidárias	97
1.15	Registro de candidatos	100
1.15.1	Coligações.....	102
1.15.2	Preenchimento da cota de gênero	104
1.16	Financiamento dos partidos políticos	108
1.17	Aplicação mínima obrigatória em políticas públicas para as mulheres.....	112
1.18	Prestação de contas dos partidos políticos	114
1.18.1	Natureza jurisdicional	117
1.18.2	Sanção por desaprovação ou não prestação contas.....	119
1.19	Candidaturas avulsas	125

CAPÍTULO 2

	PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL BRASILEIRO: PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS – UMA ANÁLISE LEGAL, JURISPRUDENCIAL E SOCIOECONÔMICA.....	129
2.1	Recapitulando: breve histórico do financiamento político partidário no Brasil	129
2.2	Novo modelo de financiamento dos partidos políticos e candidaturas: utilização dos recursos públicos e das contribuições privadas.....	132
2.2.1	Fundo partidário	133
2.2.2	Doações privadas.....	134
2.2.3	Fundo Especial de Financiamento de Campanha	135
2.2.4	Contratação de parentes e empresas de parentes com recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral Especial de Financiamento de Campanha para atuarem nas campanhas eleitorais	135
2.2.5	Contratação de advogados com recursos do Fundo Partidário para defender filiados em ações eleitorais.....	140
2.2.6	O “caixa” dois de campanha.....	142
2.3	Políticas paritárias em relação a mulheres e demais minorias.....	143
2.3.1	Fraude à cota de gênero (“candidaturas laranjas”).....	145
2.3.2	Não aplicação do percentual mínimo do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para mulheres	148
2.4	Fim das coligações proporcionais	150
2.5	Crise ideológica dos partidos brasileiros	151
2.6	Mídia digital e o fenômeno das redes sociais: uma nova realidade...	153

2.6.1	<i>Fake news</i> : a nova vilã da democracia	155
2.6.2	Divulgação da atuação parlamentar e dos candidatos	156
2.7	Proteções de dados	158
2.8	Abusos na utilização dos institutos das intervenções e comissões provisórias	161
2.9	Criminalização da atividade política.....	163
2.10	Transparência nos partidos políticos.....	164
2.11	Ausência de democracia intrapartidária	169

CAPÍTULO 3

COMPLIANCE ELEITORAL E PARTIDÁRIO		173
3.1	<i>Compliance</i>	174
3.1.1	Origem	176
3.1.2	Conceito e objetivos	178
3.1.3	Diferenças entre programa de integridade e programa de conformidade.....	184
3.1.4	<i>Compliance</i> no mundo	186
3.1.4.1	Estados Unidos.....	188
3.1.4.2	Canadá	193
3.1.4.3	Reino Unido	198
3.1.4.4	Portugal.....	203
3.1.4.5	França	210
3.1.4.6	Austrália.....	212
3.1.4.7	Espanha	214
3.1.4.8	Colômbia	218
3.1.4.9	Chile	221
3.2	<i>Compliance</i> na Administração Pública	222
3.3	<i>Compliance</i> eleitoral.....	228
3.3.1	No Brasil	230
3.3.2	Lei Anticorrupção	231
3.3.3	(In)aplicabilidade aos partidos políticos e candidaturas	236
3.3.4	Lei da Transparência	238
3.3.5	Outras legislações.....	240
3.3.6	Projetos de Lei do Senado n° 60/2017 e n° 429/2017	244
3.4	<i>Compliance</i> e autonomia partidária	249
3.5	Medidas de prevenção por meio do <i>Compliance</i>	252
3.5.1	Relacionamento com terceiros.....	257
3.5.2	Utilização das mídias sociais e combate a <i>fake news</i>	259
3.5.3	Fraude na cota de <i>gênero</i>	263
3.5.4	Transparência na prestação de contas	264
3.6	Como implementar um programa de <i>compliance</i> nos partidos políticos?	265
3.6.1	Transparência e eficiência	266
3.6.2	Manual de integridade ou código de conduta.....	269
3.6.3	Capacitação e treinamento.....	272

3.6.4	Auditorias independentes e <i>compliance officer</i>	273
3.6.5	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e os partidos políticos ...	275
3.6.6	Cultura do <i>compliance</i> : ouvidoria, comitês, monitoramento e aprimoramento	280
3.6.7	Poder normativo para regulamentar o <i>compliance</i>	283

CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	289
------------------	-----

ANEXOS

ANEXO I – Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral sobre partidos políticos.....	311
ANEXO II – Repertório Temático de Jurisprudência.....	313